

A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS ESTADOS DO MARANHÃO E PERNAMBUCO

Lucas Antônio Ribeiro Cardoso ¹
Larissa Katarina Mendonça ²

RESUMO

A educação é um grande medidor do desenvolvimento de uma sociedade, e tendo essa premissa em foco, o presente artigo aborda as políticas públicas dos estados do Maranhão e de Pernambuco voltadas para o avanço desse segmento. Desde suas condições salariais, até os níveis atingidos pelos órgãos de avaliação, como o PNE – Plano Nacional de Educação (2014), o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (2018), que nos mostra como está sendo o investimento nessas políticas e como as secretárias desses estados gerenciam esse investimento, que é dado através do FUNDEB - O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Nos autores como Sousa (2003), Pereira (2014) e Morais (2004) entendemos o processo de governabilidade e desenvolvimento que se atrela ao investimento no campo da educação e nos auxiliou a construir esse comparativo sobre como está se desenrolando a educação nos dois estados. Em suma, o desenvolvimento de uma região, se dá também pelo aspecto educacional e o nível de aprendizado das pessoas que se inserem nela, fazendo com que através de políticas públicas eficientes, surja o crescimento de todo um povo.

Palavras-chave: Educação, Regional, Desenvolvimento, Maranhão, Pernambuco.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas as discussões acerca do desenvolvimento regional vêm ganhando cada vez mais ênfase entre pesquisadores e instituições que visualizam determinadas características regionais como princípio fundamental para a promoção do desenvolvimento. Entre os aspectos inseridos nesse processo destaca-se a educação.

Entendendo a Educação como um instrumento de desenvolvimento nos mais diversos segmentos da sociedade e, reconhecendo a importância desse instrumento para a construção de uma sociedade mais desenvolvida e igualitária; o presente trabalho é fruto de uma pesquisa que propôs analisar as políticas públicas educacionais como estratégia de desenvolvimento regional, a partir de um estudo comparativo entre dois estados, situados na região nordeste do Brasil, a saber: Maranhão e Pernambuco. Diante disso, temos como questão principal do estudo verificar, alguns pontos, sendo eles: Quais projetos foram pensados, visando contribuir

¹ Graduado em Geografia e Licenciando em Pedagogia, pela UFPE, lucascardoso18@outlook.com

² Mestre em Educação, pela UFPE, mendonca.lk@gmail.com

para a mudança da educação básica nos estados do nordeste brasileiro, em específico, Maranhão e Pernambuco?

Tendo como objetivo principal, se configura a identificação do papel dos projetos políticos educacionais no desenvolvimento regional do nordeste brasileiro. E como objetivos específicos: a) Situar o desenvolvimento educacional dos estados de Maranhão e Pernambuco no contexto nacional; b) Localizar os projetos políticos educacionais executados para a Educação básica entre os anos de 2010 e 2017 nos estados de Maranhão e Pernambuco; c) Comparar os impactos dos projetos implantados nos índices educacionais dos estados de Maranhão e Pernambuco.

A escolha por esses dois estados se deu a partir de uma perspectiva de mudança e de valorização educacional e docente que vem se instalando no estado do Maranhão e Pernambuco por ser o estado no qual estamos sendo formados como professores.

Assim, entendendo a Educação como um das bases para o desenvolvimento social e cientes de que nos últimos anos as discussões que atrelam o papel da Educação ao desenvolvimento regional estão em crescente destaque, acreditamos que realizar estudos que visam aproximar tal debate da nossa realidade se configura como relevante à medida que poderá nos fornecer maiores subsídios para se pensar a Educação e seu papel no desenvolvimento regional.

METODOLOGIA

Apresentando características de um estudo de natureza básica, que, de acordo com Ander-Egg (1978, apud Marconi e Lakatos 2017, p. 06) tem como objetivo gerar um conhecimento útil para a ciência, sem necessariamente haver uma aplicação prática ou obtenção de lucro, em outras palavras é feita para aumentar se sabe sobre determinado assunto.

Nesse sentido, e almejando atender o objetivo proposto, utilizamos dois procedimentos para desenvolvimento da pesquisa e obtenção dos dados, a saber: a pesquisa bibliográfica, que se configura como uma pesquisa realizada a partir de publicações científicas existentes sobre a temática estudada, a qual nos auxiliou para situarmos a problemática em questão; e a pesquisa documental, tendo em vista que nossa fonte de coleta de dados se restringiu a documentos públicos, que não passaram por crivo científico e que se constituem como fonte primária de pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

Atualmente, discuti-se bastante sobre as políticas públicas que resultam das tomadas de decisões dos vários níveis governamentais de nossa sociedade, tendo em vista que estamos inseridos num processo de democratização e livre acesso a informações e conhecimento, sendo a educação um direito básico que deve ser garantido, de acordo com Artigo XXVI, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que assegura que toda pessoa tem direito a uma instrução gratuita, nos níveis primários e fundamentais, assim como o ensino profissional acessível a todos.

Tendo conhecimento disto, pensamos na situação de governabilidade, quais os governos assumem condições para que se permaneça esse direito assegurado. Compreende por governabilidade as políticas necessárias propícias a estas condições, voltadas ao desenvolvimento, seja ela de cunho municipal, estadual, regional e nacional.

Para Souza (2003), as políticas públicas são ações que visem mudar as situações que se encontram a sociedade inserida na sua esfera de competência, levando em conta questões como quem ganha, quem lucra, quem perde e quem desenvolve, sobre isso a autora, traz o seguinte:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003, p. 13).

Para Nascimento (2002) a Educação está diretamente vinculada ao sentido do desenvolvimento, embora ambas apresentem particularidades, o entendimento sobre Educação e desenvolvimento na contemporaneidade, é reflexo da modernidade. Conforme esse autor (ibid, p. 98), frequentemente a noção da importância da Educação no contexto do desenvolvimento é reconhecida, no entanto, perpassa essa característica, sendo que “A educação cria condições indispensáveis ao desenvolvimento. Por sua vez, este obriga a que o processo de aprendizagem se modifique”.

Pereira (2014), tecendo considerações acerca da concepção de desenvolvimento, afirma que o desenvolvimento surge como paradigma em busca de minimizar as disparidades entre os países, atrelado, predominantemente, às questões econômicas.

Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento fundamentado em questões econômicas sofreu diferentes questionamentos por estudiosos da área e, de acordo com Chacon (2007), tal conceito, evidencia que, o modelo capitalista implantado e presente na contemporaneidade, tornou-se mecanismo de desigualdades e exclusão social, visto à disparidade no acesso aos recursos e os danos ocasionados ao meio ambiente.

Morais (2004, p.12) também corroboram com essa ideia ao afirmar que “Chegamos a um ponto da jornada humana em que as sociedades vão compreendendo que a alternativa indiscutível está entre renovar-se ou perecer”. Nesse contexto, ganha destaque a ideia de desenvolvimento sustentável, como processo alternativo aos danosos reflexos dos modelos econômicos vigentes em todos os níveis da sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Relacionar o entendimento de desenvolvimento regional com políticas públicas para a Educação Básica abarca muitos e diferentes desafios do ponto de vista da natureza e das estratégias de coleta de dados e da relação entre as duas temáticas. Na busca por resultados satisfatórios para o desenvolvimento da pesquisa realizou-se um breve levantamento bibliográfico, primeiro, sobre o conceito de desenvolvimento regional e suas principais discussões e depois sobre as influências das políticas públicas de Educação Básica com ênfase na educação regular (Ensino Fundamental e Médio) no que se entende por desenvolvimento regional no contexto dos estados de Pernambuco e Maranhão. No âmbito das políticas públicas voltadas à educação básica pode-se destacar a política federal de fomento às escolas de Ensino Médio em tempo integral e a valorização docente.

De acordo com os dados do Censo Escolar da Educação básica de 2017, o governo federal investiu mais de R\$ 406 milhões para criação das escolas integrais em todo o país. Considerando o papel primordial desempenhado pelos professores da educação básica para o incentivo e desenvolvimento de habilidades demandadas pelos desafios científicos e tecnológicos do nosso tempo, a política de valorização docente aparece como uma estratégia indispensável para o alcance de metas educacionais que estão intimamente ligadas ao que compreendemos como elementos basilares do desenvolvimento regional.

Abaixo apresentamos os dados referentes à remuneração dos profissionais do magistério que desempenham suas funções no ensino médio das redes públicas estaduais do

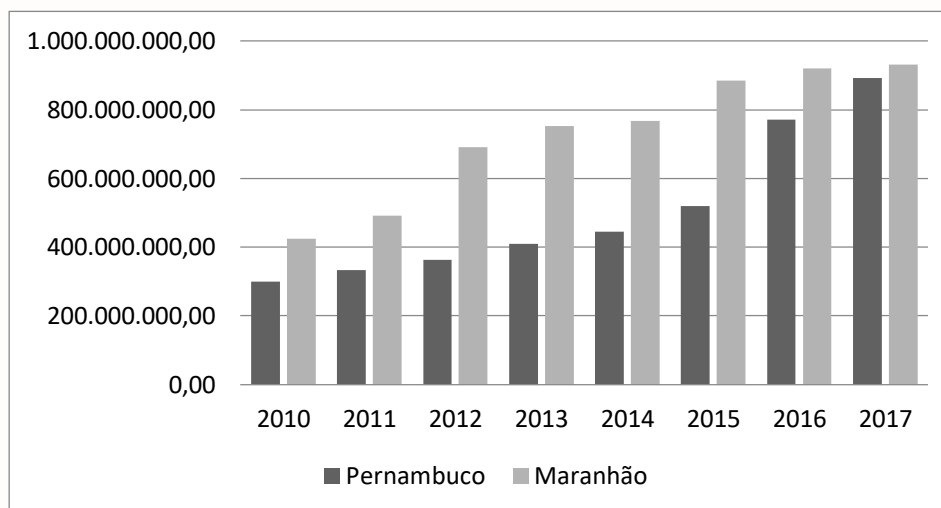
Maranhão e de Pernambuco pagos com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Quadro 1 – Gasto com pagamento dos profissionais do magistério com recursos do FUNDEB

	Pernambuco	Maranhão
2010	299.441.169,40	424.385.560,36
2011	333.040.684,60	491.654.638,36
2012	363.304.141,77	690.639.461,14
2013	410.308.211,73	752.813.331,15
2014	444.877.645,59	767.191.157,30
2015	519.757.581,02	884.048.449,75
2016	771.709.727,40	920.669.675,57
2017	893.091.363,28	930.757.021,10

Fonte: SIOPE. Elaboração: Autores, 2018.

Figura 1 - Pagamento dos profissionais do magistério com recursos do FUNDEB



Fonte: SIOPE. Elaboração: Autores, 2018.

Como se pode observar no gráfico acima, o montante destinado à remuneração dos profissionais do magistério que trabalham no ensino médio no estado do Maranhão foi muito maior se comparado ao valor destinado aos mesmos profissionais no estado de Pernambuco mesmo esse último estado possuindo maior número de profissionais como mostram os dados dos Censos da Educação Básica.

Isso está relacionado às melhores condições de remuneração docentes implementadas pelo governo maranhense. O estado em questão é o que melhor paga aos professores da educação básica. O último reajuste de 6,7% elevou o piso salarial da categoria para R\$ 5,750 tornando-o o mais elevado em todo o país. Em contrapartida, o governo estadual de Pernambuco até o início do corrente ano, 2018, estava a pagar abaixo do piso salarial nacional do magistério. Atualmente o piso salarial pago para professores das escolas estaduais é R\$ 2.455,35.

No contexto da remuneração dos profissionais do magistério, Fernandes et al. (2018, p. 3) destaca a centralidade da valorização docente no âmbito da política educacional e o estabelecimento desta valorização através da Constituição Federal de 1988. Entre as metas do Plano Nacional da Educação (2014), encontra-se a que dispõe especificamente sobre rendimento docente. Trata-se da meta 17 que reproduzimos aqui: “Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE”, porém essa diferença continua alarmante.

De acordo com os dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2018, os professores deste nível de ensino ganham, em média, 62,7% do salário dos profissionais de todas as outras áreas com nível superior. Esse dado confirma a forte desvalorização de rendimento presente no Brasil de maneira geral.

Segundo Lourencetti (2014), a baixa remuneração é um elemento que repercute diretamente na vida profissional dos professores, pois a pauperização social prejudica o acesso aos bens culturais, que segundo o autor, são imprescindíveis no trabalho docente e reflete na qualidade das práticas pedagógicas. “A precarização do trabalho docente é pior entre os professores especialistas – aqueles que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio porque, em geral, eles ministram aulas em várias escolas e para várias turmas.” (LOURENCETTI, 2014, p. 15).

No tocante as escolas integrais, de acordo com alguns autores a ampliação da jornada escolar pode elevar essa qualidade; para outros, a ampliação do horário na escolar, apenas, não garante o incremento qualitativo do ensino, mas carrega essa possibilidade em potencial. E é, nesse contexto, que a Educação Integral surge como uma proposta capaz de (re) significar os tempos e os espaços escolares.

De acordo com as informações disponibilizadas no site da Secretaria de Educação, em Pernambuco, a Educação Integral tornou-se Política Pública de Estado em 2008. “O modelo

fundamenta-se na concepção da educação interdimensional, como espaço privilegiado do exercício da cidadania e o protagonismo juvenil como estratégia imprescindível para a formação do jovem autônomo, competente, solidário e produtivo.” A educação interdimensional compreende ações educativas sistemáticas voltadas para as quatro dimensões do ser humano: racionalidade, afetividade, corporeidade e espiritualidade. (PERNAMBUCO, 2018)

O tempo escolar nas Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) da Rede Estadual de Ensino é organizado dessa forma: Integral – Carga horária de 45 horas aulas semanal: é uma escola funcionando com professores e estudantes, em tempo integral, durante os cinco dias da semana e Semi-integral – Carga horária de 35 horas aulas semanal: É uma escola funcionando com professores trabalhando cinco manhãs e três tardes ou cinco tardes e três manhãs, e os estudantes, cinco manhãs e duas tardes ou cinco tardes e duas manhãs. (PERNAMBUCO, 2018)

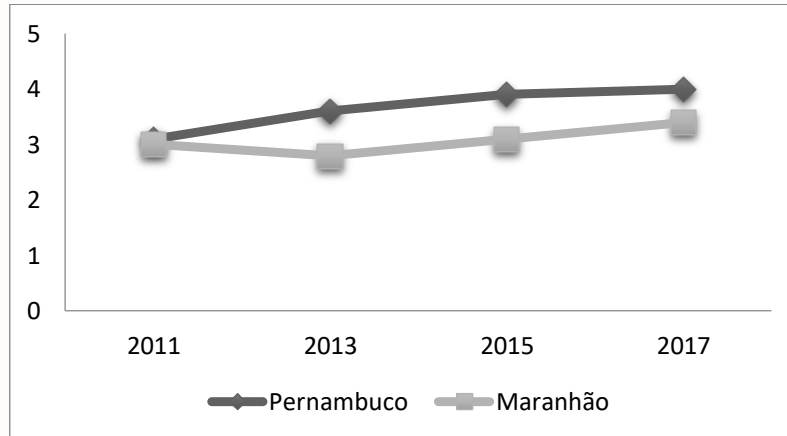
Há atualmente mais de 130 mil estudantes matriculados em mais de 400 EREM e 27 ETE, o que representa 41% de todas as matrículas no ensino médio estadual que já ofertam a jornada ampliada de aprendizagem aos seus estudantes. Isso faz com que Pernambuco se aproxime da meta do PNE que é a matrícula de mais de 50% dos estudantes do Ensino Médio em escolas de tempo integral.

Já no Maranhão, de acordo com os dados de Censo Escolar de 2015, apenas 1,9% dos estudantes do ensino médio estavam matriculados em escolas de tempo integral frente a 38,9% no estado de Pernambuco. Segundo os dados encontrados no site da Secretaria de Educação do estado maranhense, existem apenas cinco escolas funcionando nesta modalidade do ensino.

Observando os resultados do IDEB para o ensino médio na rede pública estadual do das duas unidades federativas é possível observar melhor desempenho nos números das instituições de Pernambuco. De acordo com os últimos resultados do índice, Pernambuco tem atingido todas as últimas metas, enquanto o Maranhão só atingiu a meta estabelecida para o ano de 2011, conforme se visualiza na figura abaixo.

Figura 2 - IDEB para o 3º ano do Ensino Médio dos estados de Maranhão e Pernambuco

Figura 2 - IDEB para o 3º ano do Ensino Médio dos estados de Maranhão e Pernambuco



Fonte: IDEB/INEP. Elaboração: Autores, 2018.

Nesse sentido, é insipiente considerar a qualidade do ensino médio da rede pública estadual dos dois estados baseando-se apenas nos números divulgados pelo IDEB, no entanto, tais resultados refletem um esforço de investimento financeiro para o fortalecimento da educação pública. Há do lado maranhense uma política de valorização docente através do aumento da remuneração desses profissionais e em Pernambuco pode-se destacar a ampliação das escolas em tempo integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica evidente que o desenvolvimento educacional nos estados analisados, nos ajuda a compreender os índices nesses âmbitos ser tão expressivo. Seguindo, aspectos de investimentos na educação, em Pernambuco faz com que auxiliem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (Idepe). O Sistema também coleta informações sobre as condições socioeconômicas e culturais dos estudantes, dos professores e da equipe gestora.

Seus principais objetivos são, produzir informações sobre o grau de domínio dos estudantes nas habilidades e competências consideradas essenciais, em cada período de escolaridade avaliado, não apenas para a continuidade dos estudos, mas para a vida em sociedade; monitorar o desempenho dos estudantes ao longo do tempo, como forma de avaliar continuamente o projeto pedagógico de cada escola, possibilitando medidas corretivas quando necessário; contribuindo diretamente para a adaptação das práticas de ensino às necessidades dos alunos, diagnosticadas por meio dos instrumentos de avaliação; associar os resultados da

avaliação às políticas de incentivo com a intenção de reduzir as desigualdades e elevar o grau de eficácia da escola; compor, em conjunto com as taxas de aprovação verificadas pelo Censo Escolar, o Idepe.

O cenário da educação no Maranhão: entre a desassistência e as desigualdades Apesar de o Maranhão figurar como o segundo maior estado da Região Nordeste e o oitavo maior do Brasil, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com o censo 2010, mostram que esse estado é atualmente o mais pobre do país, com 25,7% dos seus 6,5 milhões de habitantes abaixo da linha de pobreza. Outros dados divulgados em 2010 pelo instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) colocam o Maranhão no mapa da extrema pobreza dentro da Lista de estados do Brasil por incidência da pobreza.

O estudo do IPEA situa o Maranhão como o estado nordestino com maior percentual de extrema pobreza da Região Nordeste e do Brasil, com 26,3%. Enquanto que em Pernambuco, o índice é 16,4%.

Neste sentido, se faz pertinente o desenvolvimento da educação, para que os investimentos políticos sejam voltados para a sociedade sendo primordial para que novos aspectos voltados para o capitalismo tenha a educação como mecanismo de medir a progressão do âmbito educacional. No que se refere ao Maranhão, apesar desse estado figurar-se como um dos mais pobres, as políticas voltadas para educação faz com que este âmbito desenvolva e auxilie para que o índice de educação do estado e região cresça.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Plano Nacional de Educação** - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2014.
- CHACON, Suely Salgueiro. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no Semi-árido**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.
- COSTA, Gilson da Silva. **Desenvolvimento rural sustentável no paradigma da agroecologia**. Belém UFPA/NAEA, 2006.
- FERNANDES, M.; BENINI, ÉLCIO; DIAS, B.; SAUER, L. **Remuneração de professores de educação básica nos setores público e privado na esfera municipal**. Educação e Pesquisa, v. 44, p. e161233, 1 jan. 2018.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo de 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 28 de novembro de 2018.
- LOURENCETTI, Gisela do Carmo. **A baixa remuneração dos professores: algumas repercussões no cotidiano da sala de aula**. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 23, n. 52, p.13-32, abr. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MORAIS, Regis de. **Educação, mídia e meio-ambiente**. Campinas: Alínea, 2004.

MORENO, Ana Carolina. Só 5,6% das matrículas do ensino médio são em tempo integral no Brasil. **G1.globo**, Rio de Janeiro, 24/09/2016 16h10. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/so-56-das-matriculas-do-ensino-medio-sao-em-tempo-integral-no-brasil.ghtml>> Acesso em 28 de novembro de 2018.

PERNAMBUCO, **Secretária da Educação de. Educação** Integral. Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=70>> Acesso em 28 de novembro de 2018.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico**. São Paulo: Lua Nova, 2014.

SIOPE, Sistemas de Informações sobre orçamentos públicos em educação. **FNDE - Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação**. Versão: 01.11.2018 Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope/demonstrativoFundefMunicipal.do> > Acesso em 28 de novembro de 2018.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.